

WENDEL DE BRITO LEMOS TEIXEIRA

Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Uberlândia

Professor de Pós-graduação da PUC-Uberlândia

Professor convidado da Escola Superior da Advocacia da OAB/MG
Advogado

MANUAL DAS ASSOCIAÇÕES CIVIS E ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

3ª EDIÇÃO

REVISTA E ATUALIZADA



Belo Horizonte

2019



Copyright © 2019 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORIAL DEL REY LTDA

www.editoradelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Diagramação / Capa: Alfstudio

Revisão: Responsabilidade do autor

EDITORA

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24

Centro - Belo Horizonte-MG

CEP 30190-909

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284 | 3293-8233

vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

editorial@editoradelrey.com.br

CONSELHO EDITORIAL:

Alice de Souza Birchall

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antonio Augusto Junho Anastasia

Antônio Pereira Gaio Júnior

Aroldo Plínio Gonçalves

Carlos Alberto Penna R. de Carvalho

Dalmar Pimenta

Edelberto Augusto Gomes Lima

Edésio Fernandes

Felipe Martins Pinto

Fernando Gonzaga Jayme

Hermes Vilchez Guerrero

José Adércio Leite Sampaio

José Edgard Penna Amorim Pereira

Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior

Misabel Abreu Machado Derzi

Plínio Salgado

Réнан Kfuri Lopes

Rodrigo da Cunha Pereira

T266m

Teixeira, Wendel de Brito Lemos

Manual das associações civis e organizações religiosas /

Wendel de Brito Lemos Teixeira. – 3. ed. rev. atual. – Belo Horizonte:

Del Rey, 2019.

xxviii, 306 p. Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-384-0542-9

1. Direito civil 2. Associações, instituições, etc. – Brasil

3. Responsabilidade (Direito) – Brasil I. Título

CDU (1976) 347.471(81)

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO	
João Otávio de Noronha.....	IX
PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO	
Luiz Edson Fachim	XI
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO	
Fernando Rodrigues Martins	XV
APRESENTAÇÃO À 3ª EDIÇÃO	XXI
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 ESCORÇO HISTÓRICO.....	3
3 AS ASSOCIAÇÕES NO DIREITO COMPARADO	9
3.1 CANADÁ.....	9
3.2 FRANÇA	12
3.3 ITÁLIA	20
3.4 PORTUGAL	25
3.5 ESTADOS UNIDOS	32
4 ESPÉCIES DE PESSOAS JURÍDICAS	35
4.1 ASSOCIAÇÕES CIVIS E SOCIEDADES CIVIS	36
4.2 ASSOCIAÇÕES CIVIS E FUNDAÇÕES.....	37
4.3 ASSOCIAÇÕES CIVIS E REUNIÕES	38
4.4 ASSOCIAÇÕES CIVIS E ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS E PARTIDOS POLÍTICOS.....	38
4.5 ASSOCIAÇÕES CIVIS E PESSOAS JURÍDICAS EMPRESARIAIS.....	38
5 CONCEITO DE ASSOCIAÇÕES	39
6 IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES	41
7 DIREITO FUNDAMENTAL DE ASSOCIAÇÃO	47

7.1	LIMITES AO DIREITO FUNDAMENTAL DE ASSOCIAÇÃO	51
7.1.1	Associações ilícitas.....	51
7.1.2	Associações paramilitares	55
7.1.3	Associações secretas.....	56
7.1.4	Associações imorais.....	58
7.1.5	Exigência de ingresso em entidade associativa para exercício de determinada profissão ou ofício.....	58
7.1.6	Associações com fins impossíveis, indeterminados ou indetermináveis	62
7.1.7	Limitação por meio de legislação	62
8	ASSOCIAÇÕES DE GAVETA OU PSEUDO-ASSOCIAÇÕES	67
9	CARACTERÍSTICAS DAS ASSOCIAÇÕES	73
9.1	UNIÃO DE PESSOAS	73
9.1.1	Físicas.....	74
9.1.2	Jurídicas	74
9.2	FINALIDADE NÃO LUCRATIVA.....	76
9.2.1	Má-técnica de redação	76
9.2.2	Significado da expressão “finalidade não lucrativa”	77
9.2.3	Possibilidade de a associação exercer atividade lucrativa como meio à consecução de seus fins	78
9.3	INEXISTÊNCIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES RECÍPROCAS	81
9.4	ESTABILIDADE DA RELAÇÃO ENTRE OS ASSOCIADOS	82
10	CLASSIFICAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES	83
11	AQUISIÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E REPRESENTAÇÃO DOS ASSOCIADOS	85
11.1	AQUISIÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	85
11.2	ATO CONSTITUTIVO DAS ASSOCIAÇÕES	87
11.2.1	Registro do ato constitutivo.....	89
11.3	ASSOCIAÇÕES DE FATO	90
11.4	REPRESENTAÇÃO DOS ASSOCIADOS.....	91
12	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NAS ASSOCIAÇÕES.....	95

12.1	RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ASSOCIADOS POR ATO DA ASSOCIAÇÃO E DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	95
12.2.	RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADMINISTRADORES POR ATO DA ASSOCIAÇÃO E DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	96
13	ESTATUTO SOCIAL DAS ASSOCIAÇÕES.....	101
13.1	INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 2.031 DO CÓDIGO CIVIL.....	103
13.2	REQUISITOS.....	104
13.2.1	Denominação	106
13.2.2	Os fins.....	108
13.2.3	A sede	109
13.2.4	Tempo de duração.....	110
13.2.5	Os critérios para admissão, demissão, exclusão e penalidades dos associados	110
13.2.6	Os direitos e deveres dos associados	125
13.2.7	As fontes de recursos para sua manutenção	125
13.2.8	Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos	126
13.2.9	Forma de gestão administrativa, apresentação e aprovação de contas	130
13.2.10	As condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução da associação.....	132
13.3	OS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS	133
13.3.1	Impossibilidade de restrição ao exercício de direitos legitimamente conferidos	133
13.3.2	Necessidade de previsão dos deveres dos associados nos estatutos	133
13.3.3	Intransmissibilidade da qualidade de associado.....	134
13.3.4	Direito ao contraditório e recurso quando da exclusão ...	134
14	O DIREITO ADQUIRIDO DOS ASSOCIADOS	135

15 A ELEIÇÃO NAS ASSOCIAÇÕES	141
15.1 VOTO DOS ASSOCIADOS	142
15.1.1 Restrição e exclusão do direito a voto	142
15.1.2 Votação por representação	143
15.1.3 Votação secreta ou aberta	143
15.2 ASSEMBLÉIA DE ELEIÇÃO	144
15.2.1 Presidente de assembléia de eleição	144
15.2.2 Do <i>quorum</i> para eleição	144
15.2.3 Das consequências de votação por quem não estava apto a votar	144
15.3 REELEIÇÃO	145
15.4 DA SUPLENÇÃO DOS DIRIGENTES	145
15.5 DA NÃO APRESENTAÇÃO DE CANDIDATOS	145
16 RELAÇÕES DE CONSUMO E ASSOCIAÇÕES	147
16.1 LEI 12007 E ASSOCIAÇÕES	153
17 RESPONSABILIDADE CRIMINAL DOS ADMINISTRADORES E RESPONSABILIDADE CIVIL DAS ASSOCIAÇÕES	161
17.1 RESPONSABILIDADE CRIMINAL DOS ADMINISTRADORES	161
17.2 RESPONSABILIDADE CIVIL DA ASSOCIAÇÃO POR ATO DOS SEUS ADMINISTRADORES	163
17.3 AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	166
17.4 AFOGAMENTO EM CLUBES	167
17.5 BRINQUEDO ESTRAGADO	169
17.6 IMPEDIMENTO DE INGRESSO NA HIPÓTESE DE AUSÊNCIA DE CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO	169
17.7 IMPEDIMENTO DE ACESSO NO RECINTO DA ASSOCIAÇÃO DE DETERMINADA PESSOA	170
17.8 FURTO E ROUBO	170
17.9 CLÁUSULA DE NÃO-INDENIZAR	172
18 INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS ASSOCIAÇÕES	175
19 O MINISTÉRIO PÚBLICO E AS ASSOCIAÇÕES	179
19.1 ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA ABRIR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO/INQUÉRITO CIVIL OU PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DE ASSOCIAÇÕES	179

19.2	LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA ABRIR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO/INQUÉRITO CIVIL OU PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DE ASSOCIAÇÕES EM QUESTÕES DE DIREITO INDISPONÍVEL DE RELEVÂNCIA SOCIAL.....	187
19.3	LIMITES PROCESSUAIS CONTRA A ATUAÇÃO ILEGÍTIMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM QUESTÕES ENVOLVENDO ASSOCIAÇÕES.....	188
20	POSSIBILIDADE DE DIFERENCIAÇÃO DE DIREITOS E DEVERES ENTRE ASSOCIADOS.....	191
21	INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 61 DO CÓDIGO CIVIL	213
22	ASSOCIAÇÕES COLIGADAS	217
23	ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	221
24	DESTITUIÇÃO DE ADMINISTRADORES.....	225
25	SUSPENSÃO E NULIDADE DE DELIBERAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES	231
25.1	SUSPENSÃO E NULIDADES DE DELIBERAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES	231
25.2	PRAZO PARA SE SUSPENDER OU ANULAR DELIBERAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES	233
26	SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DAS ASSOCIAÇÕES	235
27	DISSOLUÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES	239
27.1	FORMAS DE DISSOLUÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES	239
27.1.1	Dissolução convencional.....	239
27.1.2	Dissolução legal.....	239
27.1.3	Dissolução administrativa	240
27.1.4	Dissolução judicial	240
27.1.5	Dissolução natural.....	240
27.2	DA DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA ASSOCIAÇÃO DISSOLVIDA	240
27.3	DA LIQUIDAÇÃO	242
28	DISSOLUÇÃO JUDICIAL DAS ASSOCIAÇÕES	243
29	TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DE ASSOCIAÇÕES.....	247

29.1	TRANSFORMAÇÃO	247
29.1.1	Transformação da associação em fundação e vice-versa..	247
29.1.2	Transformação da associação em pessoa jurídica com fins lucrativos (sociedade limitada ou sociedade anônima).....	248
29.1.3	Dos requisitos para transformação.....	252
29.2	INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO	252
30	RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES ...	255
31	ASSOCIAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA, OSCIPS E OS	257
31.1	ASSOCIAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	257
31.2	OSCIP (ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO)	258
31.3	OS (ORGANIZAÇÕES SOCIAIS).....	265
32	LEI DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES E ASSOCIAÇÕES	275
33	DIREITOS DA PERSONALIDADE E ASSOCIAÇÕES	277
34	AUTOCONTRATAÇÃO E ASSOCIAÇÕES	279
35	ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	281
35.1	LIBERDADE RELIGIOSA.....	281
35.2	CONCEITO	282
35.3	LIMITAÇÕES À LIBERDADE RELIGIOSA	283
35.4	POSSIBILIDADE JURÍDICA DE MEMBROS DE ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA REALIZAREM PROVAS DE CONCURSOS EM DIAS E/OU HORÁRIOS NÃO CONSIDERADOS SAGRADOS	285
35.5	DIREITO À PROTEÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E DIREITOS DA PERSONALIDADE	287
35.6	DIREITO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NA EXCLUSÃO DE MEMBRO	288
35.7	IMPOSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO EM QUESTÕES <i>INTERNA CORPORIS</i>	289
35.8	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIRIGENTES.....	289
35.9	DÍZIMO E CONTRIBUIÇÕES	290
35.10	RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE SEUS PREPOSTOS.....	293
35.11	(IM)POSSIBILIDADE DE NÃO SE ADMITIR FIÉIS PELA ORIENTAÇÃO SEXUAL	296
	BIBLIOGRAFIA	299